



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO - CAU/ES

ATA DA 23ª SESSÃO PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ARQUITETURA E URBANISMO DO ESPÍRITO SANTO, REALIZADA NO DIA VINTE E CINCO DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E CATORZE.

- 1 **Início**: 19h25min.....
- 2 **Término**: 22h.....
- 3 **Local**: Auditório da Sede do CAU/ES, Rua Hélio Marconi, 58, Bento Ferreira, Vitória, ES, CEP:
- 4 29050-690.....
- 5 **Presenças**: Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho** (presidente). **conselheiros**
- 6 **Estaduais**: Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**, Arq. e Urb. **Aparecida Maria da Silva**
- 7 **Borges**, Arq. e Urb. **Eduardo Pasquinelli Rocio**, Arq. e Urb. **Eduardo Simões Barbosa**,
- 8 Arq. e Urb. **Eliomar Venâncio de Souza Filho**, Arq. e Urb. **Leandro Camatta de Assis** e
- 9 Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro**. **Convidados**: Arq. e Urb. **André Tomoyuki Abe**
- 10 (conselheiro federal suplente). **Assessoria ao Plenário**: Arq. e Urb. **Patricia Cordeiro**.
- 11 **Secretaria**: **Márcia Martins Angeli**. **Funcionários**: **Ana Lucia Nascimento dos Reis**,
- 12 **Jennifer Martins Noventa de Aragão**, **Sabrina Moura Rodrigues**, **Sandra Milanez Grechi**
- 13 e **Wiviane Lombardi Broco**.....
- 14 **ITEM I - Abertura dos trabalhos pelo presidente e aprovação da pauta** - Constatado o
- 15 “quorum” regimental e após a execução do Hino Nacional, o presidente **Tito Carvalho**
- 16 declarou abertos os trabalhos, agradeceu a presença de todos e fez a leitura da pauta, dando
- 17 aos conselheiros que desejassem a oportunidade de sugestão de modificação. Não havendo
- 18 manifestação o presidente submeteu a pauta à votação e aprovação, sendo aprovada por
- 19 unanimidade. **ITEM II – Apresentação da Analista Técnica – Sabrina Moura Rodrigues** –
- 20 O presidente **Tito Carvalho** comunicou alteração na equipe de funcionários do CAU/ES
- 21 devido a saída da analista técnica Lorena Costa Pinheiro e convidou a nova analista técnica
- 22 Sabrina Moura Rodrigues a dizer algumas palavras. A analista técnica **Sabrina Moura**
- 23 **Rodrigues** se apresentou e o presidente **Tito Carvalho** agradeceu a sua presença. **ITEM III**
- 24 **– Relatos sobre os eventos do CAU/ES** – O presidente **Tito Carvalho** informou que há
- 25 relatos a fazer sobre alguns eventos dos quais o CAU/ES participou ou promoveu, destacando
- 26 a importância do CAU/ES construir relações. Relatou a parceria com o Sebrae que culminou
- 27 em uma palestra e entrega de material no dia primeiro de outubro sobre marketing para as
- 28 empresas de arquitetura e urbanismo e que o programa continua, com a possibilidade de que
- 29 as pessoas presentes ou não na palestra preencham um questionário e o Sebrae faz uma
- 30 anamnese da empresa, com a composição de grupos de estudo na área de gestão, além de

31 consultoria. Relata também a participação do CAU/ES com um estande na Expo Construções  
32 entre os dias quatro e sete de novembro. Relatou ainda a palestra sobre Aprovação Digital de  
33 Projetos promovida pelo CAU/ES em 14 de novembro e realizada pelo profissional da  
34 Prefeitura de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, João Augusto, e também pelos arq. e urb.  
35 Jeferson e Cláudio Leone, com lotação limite do auditório e presença de representantes de  
36 vários profissionais e várias prefeituras do Estado como Vitória, Vila Velha, Viana, Serra,  
37 Domingos Martins, Guarapari e Linhares, e de representantes de instituições como  
38 Associação das Empresas do Mercado Imobiliário do Estado do Espírito Santo - ADEMI,  
39 Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Espírito Santo, Instituto de Arquitetos do Brasil,  
40 Departamento do Espírito Santo - IAB/ES, Instituto de Obras e Projetos do Espírito Santo -  
41 IOPES e Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo - Sinduscon.  
42 O conselheiro **Eduardo Pasquinelli Rocio** destacou que deve ser dada continuidade à  
43 discussão sobre o tema com a promoção de um segundo encontro pela próxima gestão do  
44 CAU/ES. O conselheiro **André Tomoyuki Abe** sugeriu a disponibilização da gravação do  
45 evento para as prefeituras. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli Rocio** ressaltou para o fato  
46 da realidade do município de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, ser bastante distinta da  
47 realidade do Espírito Santo e que o Sinduscon encontra-se já bastante articulado em relação  
48 ao tema. Destacou que é preciso conciliar os interesses dos técnicos das prefeituras, as  
49 diferentes estruturas físicas de informática das prefeituras e os interesses do mercado. O  
50 presidente **Tito Carvalho** relatou que o olhar do CAU/ES sobre o assunto deve levar em conta  
51 que queremos ganhar agilidade com a aprovação digital de projetos, mas é preciso garantir  
52 também uma cidade com maior qualidade. A conselheira **Aparecida Maria da Silva Borges**  
53 acredita que o CAU/ES deve atuar junto aos gestores municipais nesta discussão, trazendo à  
54 tona a questão da qualidade da cidade, pois são eles que possuem a capacidade para tomar  
55 decisões. O presidente **Tito Carvalho** concordou que essa discussão pode ser bastante  
56 ampliada e levada para dentro das prefeituras e convidou a conselheira **Ana Paula Rabello**  
57 **Lyra** a fazer um relato sobre o evento do Fórum de Ensino, ocorrido em seis de novembro,  
58 no auditório do CAU/ES. A conselheira **Ana Paula Rabello Lyra** informou que o tema do  
59 evento foi o ENADE com a participação de oito Instituições de ensino, explicou como  
60 funcionam as avaliações do Ministério da Educação - MEC para as Instituições de Ensino  
61 Superior - IES e convidou o conselheiro **Leandro Camatta de Assis** a dar sua opinião sobre  
62 o evento. O conselheiro **Leandro Camatta de Assis** comentou que a discussão maior do  
63 evento não foi de fato sobre o instrumento de avaliação em si, mas sim do sobre o peso que  
64 é dado a essa avaliação, destacando a situação atual da Universidade Federal do Espírito  
65 Santo – UFES - que, devido a um boicote na última prova do ENADE, corre o risco de não  
66 abertura de uma próxima turma do curso de arquitetos e urbanista. O presidente **Tito**  
67 **Carvalho** sugeriu aprofundamento da relação do CAU/ES, por meio da Comissão de Ensino

68 e Formação – CEF-CAU/ES, com as Instituições de Ensino. O conselheiro **André Abe**  
69 acredita que a lei de criação do CAU concedeu várias atribuições aos arquitetos e urbanistas  
70 e fez constatar uma grande defasagem com o que é oferecido nos cursos de graduação.  
71 Concordou com a necessidade de aproximação do CAU/ES com as IES e até mesmo uma  
72 cobrança do CAU perante o MEC para que o ENADE, uma ferramenta criada para avaliar  
73 cursos, não acabe servindo para avaliar profissionais. A conselheira **Ana Paula Rabello Lyra**  
74 informou que a Associação Brasileira de Ensino de Arquitetura e Urbanismo - ABEA e o CAU  
75 promoverão eventos no próximo ano para discutir sistemas de acreditação de cursos como  
76 uma nova possibilidade de verificação da qualidade do ensino que leva em conta condições  
77 específicas de cada curso. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** ressaltou a  
78 necessidade de que o currículo dos cursos de Arquitetura e Urbanismo abranjam a grande  
79 lista de atribuições conferida pelo CAU e de que o aluno tenha experiências práticas bem  
80 assessoradas ainda dentro da faculdade. **ITEM IV – Dia do Arquiteto e Urbanista** – O  
81 presidente **Tito Carvalho** lembrou que dia 15 de novembro é Dia do Arquiteto e Urbanista e  
82 o CAU/ES irá viabilizar uma campanha publicitária dentro do prazo e do custo permitido que  
83 consistirá no envio de cartão pelos Correios aos Arquitetos e Urbanistas, outdoor e painel  
84 eletrônico nas principais vias da Grande Vitória, anúncio nos jornais A Gazeta e A Tribuna e  
85 divulgação no site e na *fan page* do Conselho. A proposta é passar a ideia que o Arquiteto e  
86 urbanista está ajudando a compor a cidade com a imagem das peças do quebra-cabeça e a  
87 mensagem “Arquiteto e Urbanista, obrigado por produzir espaços para se viver, sonhar e  
88 morar com dignidade, alegria e esperança. Parabéns pelo seu dia.”. O conselheiro **Eduardo**  
89 **Pasquinelli Rocio** entendeu que os anúncios devem ser estendidos a todos os jornais do  
90 estado para incluir os municípios do interior e que o formato da letra escolhida poderia ser  
91 mais legível. O conselheiro **André Tomoyuki Abe** relatou que muitas correspondências  
92 enviadas pelos Correios retornam, questiona a eficácia do envio físico de cartões e sugeriu  
93 algum mecanismo para verificar a atualidade dos endereços dos profissionais no SICCAU. O  
94 presidente **Tito Carvalho** afirmou que há de fato certo risco no envio pelos Correios, devido  
95 a dificuldades na atualização do cadastro dos profissionais, contudo as correspondências  
96 digitais também não possuem grande eficácia, porque muitos não olham. Acrescentou  
97 também que será feito spot na rádio CBN, a qual possui grande cobertura em todo o estado.  
98 O conselheiro **Leandro Camatta de Assis** sugeriu ao invés dos jornais regionais a instalação  
99 de outdoors em cidades do interior como Colatina e Linhares. O conselheiro **José Carlos**  
100 **Neves Loureiro** concordou que o CAU/ES fique mais presente no interior, tanto no Sul quanto  
101 no Norte do estado, e que o *outdoor* possui muito mais visibilidade que os jornais regionais.  
102 A conselheira **Ana Paula Rabello Lyra** sugeriu que seja usado também um segundo texto e  
103 exemplificou “Você já deu parabéns ao seu Arquiteto hoje? ”. O presidente **Tito Carvalho**  
104 informou que não há muito tempo disponível para finalizar a campanha e também o orçamento

105 é limitado e sugeriu que os conselheiros interessados compareçam no CAU/ES amanhã para  
106 aprofundar a discussão com a assessoria de comunicação. A conselheira **Aparecida Maria**  
107 **da Silva Borges** sugeriu que o IAB/ES e o Sindicato dos Arquitetos e Urbanistas no Estado  
108 do Espírito Santo – Sindarq-ES realizam campanhas paralelas para reforçar a imagem das  
109 pessoas em geral sobre a existência e importância da profissão. Acredita ainda que, para uma  
110 primeira campanha, a imagem escolhida deve ser mais ícone. O presidente **Tito Carvalho**  
111 afirmou que de fato o objetivo foi não ser ícone, mas sim ampliar a percepção da profissão. A  
112 conselheira **Aparecida Maria da Silva Borges** apoia também a criação de uma imagem  
113 digital com o texto sugerido pela conselheira **Ana Paula Rabello Lyra** para que os Arquitetos  
114 e urbanistas encaminhem para amigos pelas redes sociais, numa tentativa de “viralizar”. O  
115 conselheiro **Eduardo Pasquinelli Rocio** sugeriu a veiculação da campanha também pelo site  
116 do CAU/ES e que seria interessante inserir o IAB/ES e o Sindarq-ES na campanha. O  
117 conselheiro **Eduardo Simões Barbosa** acredita ser uma boa ideia o envio de mensagens via  
118 SMS. A conselheira **Aparecida Maria da Silva Borges** recordou que o CAU/BR tem enviado  
119 mensagens SMS para os profissionais e que a ideia poderá ser adotada por eles. Em relação  
120 a colocação do conselheiro **Eduardo Pasquinelli Rocio** destacou que é importante as  
121 entidades estarem juntas, mas que em determinadas coisas é preciso caminhar separado  
122 para adquirir identidade. O conselheiro **André Tomoyuki Abe** acredita que o CAU/ES pode  
123 provocar os colunistas sociais e os titulares de colunas imobiliárias, etc., para cumprimentar  
124 os arquitetos vinculados a eles e também alguns programas de rádio para divulgar o que faz  
125 a profissão. A conselheira **Aparecida Maria da Silva Borges** mencionou a contratação de  
126 um assessor de imprensa e sugeriu ao IAB/ES enviar comunicado para as lojas de decoração,  
127 arquitetura e material de construção, sobretudo do interior do estado, para que parabenizem  
128 os arquitetos. O presidente **Tito Carvalho** informou que a ideia de uma imagem que está  
129 sendo completada na campanha tem o intuito de reforçar o conceito de construção coletiva  
130 da cidade. A proposta foi olhar a cidade como um todo e considerar que tudo que está incluído  
131 lá é atribuição do arquiteto, na parte que lhe cabe. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli Rocio**  
132 afirmou que a imagem está muito boa, mas não há como saber exatamente a leitura que as  
133 pessoas farão a respeito dela. Sugeriu que nos outdoors nas cidades do interior sejam  
134 colocadas imagens locais, para que as pessoas se identifiquem mais. O presidente **Tito**  
135 **Carvalho** reforçou que a imagem e o texto escolhidos querem ressaltar que o trabalho do  
136 arquiteto e urbanista é produzir a cidade de várias formas. A conselheira **Aparecida Maria**  
137 **da Silva Borges** disse que pensou na imagem de uma planta, talvez no fundo em marca  
138 d'água, pois o arquiteto é identificado como alguém que produz desenho e para uma primeira  
139 campanha acredita que deveria ser algo mais iconográfico. A conselheira **Ana Paula Rabello**  
140 **Lyra** deu o exemplo de a imagem começar desenha a mão, em preto e branco e vai se  
141 colorindo até se transformar na imagem da foto. A gerente geral **Patrícia Cordeiro** informou

142 que uma das maiores dificuldades da campanha é usar um ícone que consiga incluir todos os  
143 profissionais que atuam nos diversos ramos da Arquitetura e Urbanismo, pois a profissão é  
144 generalista. Outra dificuldade é a aquisição das imagens, pois o ideal é que houvesse uma  
145 foto de cada município, mas há uma limitação orçamentária. O conselheiro **Eduardo**  
146 **Pasquinelli Rocio** acredita na produção interna das fotos, pois seria mais viável  
147 financeiramente, e também mais simpático com os municípios do interior. O presidente **Tito**  
148 **Carvalho** reforçou que há várias limitações, sobretudo orçamentários, e retoma a questão  
149 central que é o tema da campanha. A conselheira **Aparecida Maria da Silva Borges** ressaltou  
150 que a ideia da campanha é muito boa, mas que a imagem não irá estereotipar. Sugeriu a  
151 imagem de um projeto urbano, pois a ideia que as pessoas possuem do arquiteto não é  
152 exatamente essa da construção da cidade. O presidente **Tito Carvalho** concordou que a  
153 opinião da conselheira **Aparecida Maria da Silva Borges** faz sentido, contudo acredita que  
154 o CAU tem o papel de alavancar esse entendimento e a discussão acerca das várias  
155 atribuições do arquiteto e urbanista para a população. Por isso o CAU/ES deseja reforçar a  
156 ideia de cidade e produção de espaços e prefere passar a visão ampliada da Arquitetura e  
157 Urbanismo. O conselheiro **Eduardo Simões Barbosa** acredita também que a imagem poderia  
158 se desvincular do município de Vitória e ser mais imparcial. O presidente **Tito Carvalho**  
159 informou que a aquisição de imagem não é simples e que há pouco tempo para finalizar a  
160 campanha e enviar aos profissionais. A conselheira **Aparecida Maria da Silva Borges**  
161 acredita que deve ser aumentado o tamanho da imagem e também inserir uma formatação  
162 de letra mais legível, bem como inserir o endereço eletrônico do CAU/ES. O presidente **Tito**  
163 **Carvalho** informou que a viabilidade de adquirir imagens de municípios do interior e instalar  
164 outdoors nesses municípios dependerá da questão orçamentária. Acredita que a campanha  
165 será eficiente na Grande Vitória se houver outdoors em alguns pontos estratégicos. Me  
166 relação á abrangência em todo o estado, acredita que a veiculação por rádio é a melhor opção.  
167 O conselheiro **André Tomoyuki Abe** sugeriu que seja descrito no texto o termo “arquiteto-  
168 urbanista” ao invés de separado “arquiteto e urbanista”. O presidente **Tito Augusto Abreu de**  
169 **Carvalho** lembra que a atribuição pela lei é Arquiteto e Urbanista, separado. Questiona ainda  
170 se alguém se dispõe a comparecer à sede do Conselho no dia seguinte para finalizar a  
171 discussão. A conselheira **Aparecida Maria da Silva Borges** confirma a presença. **ITEM V –**  
172 **Última Plenária/ Diplomação dos Novos conselheiros** – O presidente informa que, pela  
173 legislação eleitoral do CAU, deve ser feita a diplomação dos novos conselheiros entre os dias  
174 dez e 12 de dezembro de 2014, de modo que haja tempo posterior para os demais trâmites  
175 legais. O atual mandato expira em 31 de dezembro de 2014 e assim, mesmo havendo a  
176 diplomação anteriormente, a posse efetiva ocorrerá em primeiro de janeiro de 2015, que é  
177 diferente de uma posse social ou festiva. Questionou se há uma sugestão para o dia da  
178 diplomação e se há impossibilidade de realizar uma reunião plenária no mesmo dia. O

179 conselheiro **André Tomoyuki Abe** questionou se essa sessão plenária será a última plenária  
180 da atual composição de conselheiros ou será a primeira da próxima gestão. O conselheiro  
181 **José Carlos Neves Loureiro** informou que é a última sessão plenária da atual gestão. A  
182 gerente geral **Patrícia Cordeiro** sugeriu que a plenária agendada para o dia 16 de dezembro  
183 de 2014 seja antecipada para o dia 11 de dezembro de 2014 e se realize juntamente com a  
184 diplomação. A primeira plenária da próxima gestão apenas pode ocorrer após a posse e a  
185 posse ocorre após o fim do mandato da atual gestão, no dia 31 de dezembro de 2014. O  
186 presidente **Tito Carvalho** informou que solicitou à coordenação administrativa financeira e à  
187 coordenação técnica que fizessem um relatório para apresentar na última plenária e acredita  
188 que seja interessante que as Comissões também fizessem um breve relato do que foi  
189 produzido nos últimos três anos, já no intuito de situar os novos conselheiros, que estarão  
190 todos presentes devido a diplomação. Informou ainda que no plenário federal a estimativa de  
191 troca gira em torno de 17 ou 18 novos conselheiros e que nos estados a variação foi em torno  
192 de 50% (cinquenta por cento). **ITEM VI – Projeto de Lei nº 4.692/2012 – Designer de**  
193 **Interiores** - O presidente **Tito Carvalho**, por solicitação das conselheiras Aparecida Maria da  
194 Silva Borges e Ana Paula Rabello Lyra, faz inversão de pauta e inicia o debate acerca do item  
195 IX. A coordenadora de fiscalização e relações institucionais, **Ana Lucia Reis** informou que o  
196 projeto de lei foi aprovado e saiu da Câmara dos Deputados no último dia 12 para que seja  
197 apreciado pelo Senado Federal e, posteriormente, sancionado pela Presidência da República.  
198 O presidente **Tito Carvalho** afirma que a coordenadora de fiscalização e relações  
199 institucionais, **Ana Lucia Reis** tentou contato com o assessor parlamentar Gilson Paranhos,  
200 ex-presidente do IAB Nacional, mas não obteve retorno. A conselheira **Aparecida Maria da**  
201 **Silva Borges**, pela leitura do texto do projeto de lei, acredita que o texto é positivo pois  
202 entende que preserva o que a lei resguardou como atribuição dos Arquitetos e Urbanistas, de  
203 maneira que o designer de interiores fará apenas layout, escolha de cores para parede, por  
204 exemplo, coordenador obra, e não se responsabilizar por ela. A gerente geral **Patrícia**  
205 **Cordeiro** afirmou que o texto é muito bom para os arquitetos e urbanistas, pois em nenhum  
206 momento os designers de interiores poderão executar, nem se responsabilizar tecnicamente.  
207 A conselheira **Aparecida Maria da Silva Borges** entendeu que o texto é muito genérico e as  
208 atribuições limitadas. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli Rocio** questionou qual o  
209 entendimento dos conselheiros acerca do art. 2º, que cita a Arquitetura e Urbanismo. A  
210 conselheira **Ana Paula Rabello Lyra** entendeu que o projeto diz que Arquiteto e urbanista  
211 poderá fazer designer de interior. A conselheira **Aparecida Maria da Silva Borges** afirmou  
212 que arquiteto e urbanista já faz designer de interiores e então poderá se dizer também  
213 designer de interiores. Entende que a obra vai ser feita por outro profissional e o designer  
214 deve observar os limites do que diz a regulamentação, conforme a seguinte parte do texto do  
215 projeto: “propor interferências em espaços existentes ou pré configurados internos e externos

216 contíguos aos interiores desde que na especificação de projeto de interiores mediante  
217 aprovação e execução por profissional habilitado na forma da lei". A gerente geral **Patrícia**  
218 **Cordeiro** recordou que atualmente a Comissão de Exercício Profissional – CEP- CAU/ES  
219 volta e meia se depara com essa discussão sobre o que é arquitetura de interiores e o que é  
220 design de interiores, onde cada atividade se inicia e termina. Acredita, conforme o que leu do  
221 projeto, que haverá um pequeno sombreamento nessa área, assim como a gente tem o  
222 sombreamento em execução com a engenharia. A conselheira **Aparecida Maria da Silva**  
223 **Borges** afirmou que o projeto diz "'assessorar nas compras e contratação de pessoal", de  
224 maneira que poderão indicar e contratar os profissionais, tais como pedreiro, arquiteto,  
225 engenheiro, técnico de edificações, poderão contratar você pode contratar o técnico de,  
226 "podendo responsabilizar-se diretamente por tais funções", ou seja, contratação de pessoal e  
227 compras, "inclusive no gerenciamento das obras afetas ao projeto de interiores". O presidente  
228 **Tito Carvalho** concordou que o projeto é benéfico e começa a formalizar uma relação que já  
229 acontece na prática e os limites impostos no projeto não atrapalham as atividades dos  
230 arquitetos e urbanistas. A gerente geral **Patrícia Cordeiro** lembrou que no parágrafo primeiro  
231 do art. 2º diz que as atividades que visem as alterações dos elementos estruturais devem ser  
232 aprovadas e executadas pelos profissionais capacitados. O presidente **Tito Carvalho**  
233 levantou uma questão ética relacionada à reserva técnica, pois se o arquiteto e urbanista  
234 declarar que está atuando como designer de interior, qual o código de ética que será válido.  
235 A gerente geral **Patrícia Cordeiro** mencionou ainda que aparentemente, para trabalhar como  
236 designer de interior, bastaria ter feito o curso de arquitetura e urbanismo, por exemplo, o que  
237 não significa que precise ser registrado no CAU caso se intitule designer de interiores. O  
238 conselheiro **Eduardo Pasquinelli Rocio** mencionou a hipótese de os arquitetos que  
239 trabalham apenas com interiores poderem pedir baixa do registro no CAU e se cadastrarem  
240 no novo conselho de designers de interiores. A conselheira **Aparecida Maria da Silva Borges**  
241 pontua que, nesse caso, os arquitetos não poderão executar obras e outras coisas mais. O  
242 presidente **Tito Carvalho** acreditou que em matéria de legislação as NBR compensam, como  
243 no caso das reformas, em que se exige um laudo técnico. O conselheiro **André Tomoyuki**  
244 **Abe** atenta para o fato de que o projeto de lei não cria um novo Conselho e que o projeto  
245 acabou deixando em aberto a questão dos vários cursos de interiores, de paisagismo, como  
246 do Senai, pois há muita gente exercendo design de interiores sem ser designer. A conselheira  
247 **Aparecida Maria da Silva Borges** observou que esse ponto foi deixado em aberto pois o  
248 projeto menciona os técnicos e diz que em 120 dias deve sair uma lei trabalhista informando  
249 as atribuições dos técnicos. O conselheiro **André Tomoyuki Abe** informou que de fato existe  
250 técnico nível médio de interiores. O presidente **Tito Carvalho** conclui que será solicitado ao  
251 assessor parlamentar Gilson Paranhos maiores informações sobre o projeto de lei. **ITEM VII-**  
252 **Ações da Fiscalização no último semestre** - O presidente **Tito Carvalho** informou que

253 nesse mês houve a participação do CAU/ES no Seminário Nacional de Fiscalização,  
254 promovido pelo Fórum de presidentes, com a proposta de integrar as dúvidas e ações da  
255 fiscalização, juntando pela primeira vez presidentes e a área técnica de fiscalização. Convidou  
256 primeiramente a coordenadora de fiscalização e relações institucionais **Ana Lucia Reis** a  
257 fazer um relato sobre as ações da fiscalização e, em seguida, a analista técnica **Jennifer**  
258 **Martins Noventa de Aragão** a fazer um relato do Seminário. A arquiteta e urbanista **Ana**  
259 **Lucia Reis** iniciou sua fala informando que a apresentação compreende as últimas ações da  
260 fiscalização no segundo semestre de 2014 e estão pautadas nos eixos de fiscalização que  
261 havíamos definido previamente. Desses eixos, abriram-se essas ações no shopping, a  
262 inadimplência, a ação no interior, em Colatina e Aracruz, Casa Cor 2014 e o seminário de  
263 fiscalização. Para a ação do Shopping Moxuara, emitimos 83 notificações, dessas 83  
264 notificações, nós tivemos 14 arquivamentos por regularização e 69 estão irregulares. Desses  
265 que estão sem regularização, temos alguns que iniciaram o processo de regularização sem  
266 finalizar 33 notificações e 36 sem regularização que estão abertas para auto de infração. Outra  
267 ação que fizemos diz respeito ao RRT de Cargo-função nos órgãos públicos, pois tínhamos a  
268 informação via ofício de vários entes públicos possuíam arquiteto em seu quadro funcional,  
269 de posse dessas informações fomos chegar dentro do sistema, onde verificamos que a grande  
270 maioria deles não havia RRT de cargo e função. Com isso emitimos 81 notificações para as  
271 prefeituras de Vitória, da Serra, de Cariacica, de Colatina, órgãos como IOPES, Secretaria do  
272 Meio Ambiente e Instituto Jones Santos Neves. Desses tivemos 57 notificações regularizadas,  
273 05 apresentaram defesa e encaminhados para a comissão de exercício profissional, dez  
274 notificações estão em fase de auto de infração e nove processos em outras situações como  
275 correspondência devolvida, comparando com outras ações nessa tivemos um retorno  
276 refletindo no aumento de arrecadação de Registro de Responsabilidade Técnica - RRT. Outra  
277 ação diz respeito ao registro de empresa com informação oriunda da Junta Comercial  
278 encaminhamos 188 ofícios, desse número 60% delas receberam a correspondência. Aqui tem  
279 um dado que nos causou um certo impacto que foi o número de correspondências devolvidas,  
280 33% do total enviado voltou e 7% ainda não voltou. Estou comentando isso, porque isso  
281 também aconteceu em uma outra ação que vamos ver lá na frente e é algo preocupante. O  
282 conselheiro **Eduardo Pasquinelli Rocio** fez uma intervenção expondo que isso também  
283 acontece no Instituto dos Arquitetos do Brasil do Espírito Santo – IAB/ES com relação aos e-  
284 mails, dizendo tem muito mailing que está desatualizado e que a pessoa não vê com  
285 frequência. A arquiteta e urbanista **Ana Reis** concorda com a colocação do conselheiro. O  
286 conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** faz uma colocação dizendo que sobre essa  
287 questão, que é importante, os profissionais atualizavam o e-mail e o endereço do SICCAU,  
288 aparecia a mensagem que foi feito com sucesso e não mudava nada e se os profissionais não  
289 se dão conta disso, considerando que a nossa relação com o profissional ou é pelo endereço



290 ou é pelo e-mail, nós estamos cegos. A arquiteta e urbanista **Ana Lucia Reis** diz realmente,  
291 lembrando que essas empresas oficiadas não têm o registro no CAU, elas foram oficiadas a  
292 realizar o seu registro. A gerente geral do CAU/ES faz a colocação alertando que os dados  
293 utilizados foram informados pela junta comercial. A arquiteta e urbanista **Ana Lucia Reis**  
294 complementa que foram utilizadas várias fontes desses dados como a junta comercial,  
295 Receita Federal e do Cartório de registro de pessoa jurídica, e essa devolução se dá pelo fato  
296 que as atualizações não são feitas efetivamente. O conselheiro **André Tomoyuki Abe** diz que  
297 podem ser empresas fantasmas. A arquiteta e urbanista **Ana Lucia Reis** retoma sua fala  
298 informando que desses 60% que receberam efetivamente essa correspondência, só 10%  
299 procederam à solicitação de registro e que até esse momento não fizemos nenhuma  
300 notificação a essas empresas, elas receberam uma correspondência CAU informando que  
301 elas deveriam ter registro conosco. Outra ação foi informar os síndicos e administradores de  
302 shopping sobre a necessidade de registro das obras emitidos por profissional habilitado nessa  
303 ação foram encaminhados 21 ofícios aos shoppings de Vitória, Vila Velha, Serra, Guarapari,  
304 Cariacica, Aracruz e Colatina. A arquiteta e urbanista **Ana Lucia Reis** informa que outra ação  
305 realizada diz respeito a inadimplência, onde em um primeiro relatório que foi emitido tínhamos  
306 456 anuidades pendentes nos anos 2012 e 2013. Para essas anuidades pendentes, foram  
307 gerados 236 protocolos encaminhados aos profissionais informando a situação de  
308 inadimplência que já nos gerou uma redução pequena da inadimplência, posteriormente  
309 encaminhamos ofícios a esses profissionais. Nesse momento nos deparamos com o mesmo  
310 fato que havia acontecido com a ação junto as empresas, a devolução das correspondências  
311 por alteração de endereço, por não procurado, não encontrado, enfim, a correspondência  
312 voltou ao conselho. Analisando o cenário de julho até hoje, tivemos uma redução de  
313 aproximadamente 30% na inadimplência. O presidente **Tito Carvalho** faz uma intervenção  
314 colocando que o inadimplente além de ser passível de um processo ético, se a gente não fizer  
315 nada, isso configura evasão de receita e posso ser responsabilizado por isso. O conselheiro  
316 **José Carlos Neves Loureiro** faz uma colocação levantando como dúvida direcionada a  
317 Assessora Jurídica **Sandra Grechi**, se a carta volta e o e-mail não é mais o mesmo, como  
318 faremos essa comunicação ao profissional? tem que notificar por edital? Assessora Jurídica  
319 **Sandra Grechi** informa que pode ser feita a notificação por edital. A coordenadora de  
320 fiscalização e relações institucionais **Ana Lucia Reis** informou que outra a ação aconteceu  
321 no interior, sendo a primeira ação em agosto no município de Colatina e outra em outubro em  
322 Aracruz. O objetivo dessa ação foi levar todas as ações que tínhamos aqui em Vitória. Na  
323 data programada para a ação em Colatina, aproveitamos e verificamos uma denúncia no  
324 município de Linhares, para verificar exercício ilegal da profissão, já que toda denúncia deve  
325 ser apurada. Em Colatina fizemos uma visita a secretaria de administração setor de recursos  
326 humanos para confirmar o número de arquitetos com vínculo com o município, realizamos

327 uma visita a secretaria municipal de desenvolvimento urbano, buscando conhecer as práticas  
328 em aprovação de projetos, realizamos ainda visita a quatro empresas de arquitetura e  
329 urbanismo para entrega de ofício de solicitação de registro, entrega de ofício aos  
330 administradores dos shoppings moda brasil e Colatina shopping e fiscalização em um canteiro  
331 de obras. No município de Aracruz repetimos as mesmas ações, sendo que em Aracruz nos  
332 deparamos com a obra de ampliação de um shopping, sendo emitidos 16 relatórios de  
333 fiscalização para as obras das lojas que estão em obra, pois o shopping todo é bem maior.  
334 Outro diferencial da ação de Aracruz foi que tivemos acesso aos relatórios de habite-se e  
335 alvarás dos anos de 2013 e 2014 com seus endereços e respectivos responsáveis. Estamos  
336 trabalhando no sentido de conseguir esses relatórios de os municípios do estado para  
337 direcionar a fiscalização para os locais onde as obras estejam ocorrendo na irregularidade.  
338 Ainda em Aracruz confirmamos os arquitetos com vínculos com os municípios e realizamos  
339 uma reunião com os técnicos responsáveis pela aprovação de projetos. Continuando as ações  
340 da fiscalização, fizemos a ação junto a Casacor ES 2014, iniciamos com ações preventivas  
341 fazendo reunião com o organizador do evento, produzimos um informativo específico para a  
342 mostra com várias orientações do que seria cobrado, em que momento deveria ser feito o  
343 registro e encaminhamos protocolos aos profissionais envolvidos solicitando esclarecimentos  
344 a respeito de sua participação. Após esse momento partimos para as ações de caráter mais  
345 ostensivo com a vistoria na obra, foram vistoriados todos os ambientes e emitidos de 60  
346 relatórios de fiscalização, toda ação de fiscalização gera no mínimo um relatório de  
347 fiscalização, nota-se diferença entre o número de relatórios emitidos e o número de  
348 notificações emitidas, verificamos nesse momento que existiam alguns ambientes regulares  
349 na mostra. Nesse gráfico é a demonstração comparando a mostra do ano passado e a mostra  
350 desse ano, onde observamos uma redução das irregularidades e um crescimento da atuação  
351 de forma regular. Esses eram os comentários das ações e como foi externado pelo presidente  
352 Tito Carvalho, aconteceu recentemente em dois dias o Seminário de Fiscalização, onde  
353 participamos eu e presidente **Tito Carvalho** de um dia e a analista de fiscalização a arquiteta  
354 e urbanista Jennifer Martins Noventa de Aragão que acompanhou os dois dias e partilhar  
355 como foi esse evento. Nessa mesma viagem tivemos eu e o presidente **Tito Carvalho** uma  
356 reunião com um técnico da receita federal dentro do Ministério da Fazenda, sendo que essa  
357 reunião é fruto de uma provocação que havíamos feito a Receita Federal do Brasil no começo  
358 do ano, onde colocamos que tínhamos interesse em ter acesso às informações de habite-se  
359 a alvarás que os municípios alimentam mensalmente dentro do sistema deles. A  
360 coordenadora de fiscalização e relações institucionais **Ana Lucia Reis** encerrou sua  
361 apresentação enfatizando isso é um registro do temos feito e qual é nosso foco. O presidente  
362 **Tito Carvalho** informou que estamos tentamos fazer esse convênio já há quase um ano e a  
363 ideia é, ao invés de pedir para cada prefeitura mandar esse documento, a gente ir direto à

364 Receita Federal, que tem todas as prefeituras de todo o Brasil e fomos informados que esse  
365 tipo de convenio precisaria vir via CAU/BR, então a gente vai protocolar essa situação junto  
366 ao CAU/BR, eu vou tentar fazer uma gestão para que a gente consiga isso via Brasil. A  
367 analista de fiscalização **Jennifer Martins Noventa de Aragão** iniciou sua fala informando que  
368 as fiscalizações de todos os CAU/UF têm muitas dúvidas sobre o trabalho da Fiscalização. É  
369 importante ter em mente qual é o papel da Fiscalização, qual a visão que queremos passar  
370 do CAU para a sociedade e para os arquitetos. O presidente **Tito Carvalho** complementou a  
371 fala inicial dizendo que esse foi um primeiro momento de reunião de um grupo que já estava  
372 no CAU desde o início e um grupo que foi recentemente contratado. A analista de fiscalização  
373 **Jennifer Martins Noventa de Aragão** falou de diversas questões que devem ser discutidas  
374 a nível de Brasil, a fim de unificar o posicionamento do CAU, como por exemplo: debate da  
375 fiscalização e exercício profissional, dificuldades em quantificar o trabalho da fiscalização,  
376 conseguir que os profissionais vejam importância em fazer os seus Registros de  
377 Responsabilidade Técnica- RRT, identificar onde está o exercício ilegal, onde acontecem mais  
378 obras (pesquisas através de sites de relacionamento, registro de água e luz, rua, Street View),  
379 Registro de professores (é obrigatório ou não?), como fiscalizar, definição da função de cada  
380 um (analista de fiscalização, coordenador, conselheiros, Comissões) e sua importância no  
381 contexto da Fiscalização (necessário a discussão de um grupo maior nas decisões das ações  
382 e procedimentos da fiscalização), importância do manual de procedimentos. Ferramentas  
383 utilizadas (IGEO, GIS COLETOR, SICCAU, MobArq, Gerenciador de Demandas-muito  
384 importante a participação de todos), cooperação entre órgãos públicos e grandes sessões  
385 técnicas, universidades, corpo de bombeiros, prefeituras, cartórios de registro de imóveis,  
386 estreitar o relacionamento com o CREA. Poucos CAU/UF têm um bom relacionamento com o  
387 CREA e seria muito boa a troca de informações, de dados. Um assunto muito polêmico é o  
388 RRT Extemporâneo, a questão das multas, foi-se falado até em realizar um seminário para  
389 tratar apenas desse assunto. O exercício ilegal também é um assunto de diferentes  
390 posicionamentos no Brasil e que precisa ser unificado. Realizar ações preventivas de  
391 fiscalização como: palestras em universidades, ofícios para condomínios e administradoras  
392 de condomínios, reunião com construtoras, criação de placa padrão do CAU, seria bom para  
393 os arquitetos e para o CAU e quando iniciar a cobrança efetiva de placas os profissionais já  
394 estarão se preparando para isso. Muito importante também é o adesivo do CAU, que a  
395 fiscalização esteve em determinada obra, que lá existe ou não a presença de arquitetos.  
396 Informativos de ações preventivas via e-mail, protocolo, cooperação do setor de comunicação.  
397 Reunião com os responsáveis pelas revistas e jornais para entenderem a diferença entre  
398 arquiteto e engenheiro e fazerem referências corretas aos profissionais, se aproximar desse  
399 setor. Elaboração de cadernos educativos, sobre diversos assuntos, de forma lúdica. Muitas  
400 ações podemos fazer do escritório, ganha-se tempo, otimiza-se e reduz-se custo. Verificar

401 editais de Licitação, verificar o diário oficial diariamente, identificar empresas que têm registro  
402 no CAU, quais estão exigindo apenas engenheiros para atividades compartilhadas entre  
403 engenheiros e arquitetos. Ter fiscalização sobre a regularidade das obras públicas. Ter  
404 definido o que cobrar dos profissionais do CREA, porque não podemos interferir em como o  
405 CREA exige de seus profissionais. Tem CAU que criou o curso “Conhecendo o SICCAU”,  
406 através de inscrição prévia, uma vez por semana, os profissionais têm esse curso para  
407 conhecerem o SICCAU, isso pode reduzir as demandas internas. Para a questão da Reserva  
408 Técnica, conversar com os lojistas, a fim de que aos poucos essa mentalidade se modifique.  
409 Fazer apresentação do CAU e do SICCAU para os alunos que se formam, campanha de  
410 valorização profissional. Fazer um seminário sobre a NBR 15.575. O CAU/BA faz “Dia da  
411 Acessibilidade”, visitam hospitais, um vez ao ano, com efeito orientativo. O CAU/GO têm  
412 alguns projetos de Fiscalização: Projeto Valoriza (fiscalização preventiva e divulgação da  
413 arquitetura e urbanismo), Projeto Rua (Rotas de arquitetura e Urbanismo), Projeto Rede  
414 (Interiorização da Fiscalização), Projeto Arquiteto Cidadão (responsabilidade Social - o  
415 arquiteto como protagonista). É importante sempre buscarmos uma proximidade com os  
416 arquitetos, sem infringir as normas, mas sempre com caráter orientativo e preventivo, a fim de  
417 maior valorização dos profissionais, do CAU e da arquitetura. O conselheiro **Eduardo**  
418 **Pasquinelli Rocio** comentou que entende fundamental a ida da equipe do CAU/ES a esses  
419 eventos para ter uma ideia do cenário nacional e percebermos que as discussões em todo os  
420 estados são semelhantes, além da possibilidade de troca de experiências decorrente dessa  
421 interação. O presidente **Tito Carvalho** declarou que na pauta consta mais um tópico, referente  
422 a apresentação da Resolução CAU nº 91/2014 que entrará em vigor em março, mas em  
423 função do adiantado horário a questão será deixada para um próximo momento. Afirmou que  
424 achou fundamental a apresentação mais detalhada sobre o Seminário Nacional de  
425 Fiscalização por ele ter sido um marco na troca de informações, para perceber que todos  
426 possuem as mesmas dúvidas, conhecer quais ações estão sendo feitas, os resultados dos  
427 projetos já implantados e que quando se compartilham experiências o resultado é muito mais  
428 rico. E é importante que as discussões reverberem no plenário e nas comissões e não fiquem  
429 apenas no âmbito técnico. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** ressaltou que há  
430 conceitos básicos no que diz respeito a fiscalização que já deviam ser claros para todos, para  
431 evitar que a fiscalização seja feita por cada um da maneira que entende devida. Exemplificou  
432 a autuação de proprietário por ele estar fazendo uma casa sem profissional habilitado  
433 responsável. O argumento de que o CREA fazia esse tipo de autuação não pode ser válido,  
434 inclusive a coordenadora de fiscalização e relações institucionais, Ana Lucia Reis me informou  
435 que o CREA não tem feito mais, provavelmente por ter tido problemas na justiça devido a isso.  
436 Então essas questões básicas têm que estar colocadas, para que não se extrapole as funções  
437 da fiscalização. Entende que a função do Conselho é fiscalizar o profissional e, se uma obra

438 não possui profissional, acreditou que o Conselho não pode autuar o leigo, mas isso não  
439 parece que está claro ainda. Informa que discutiu a questão em Brasília com cinco presidentes  
440 do CAU e todos discordaram e que hoje o CAU/RS está com problemas na justiça devido a  
441 essas autuações. Acreditou que nesses casos o Conselho Federal, o CAU/BR, deve ter um  
442 posicionamento jurídico claro sobre isso. Outra questão básica é que ainda não se definiu o  
443 que é arquiteto e urbanista ativo conceitualmente. A gerente geral **Patrícia Cordeiro** relatou  
444 que o conflito acontece mesmo dentro do SICCAU, pois um relatório gerado pela coordenação  
445 administrativa financeira conferiu uma resposta enquanto o relatório gerado pela coordenação  
446 técnica gera resposta diversa. O conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** explicou que a  
447 dúvida surgiu em uma reunião sobre planejamento estratégico e ficou claro nessa reunião que  
448 cada um entendia por um conceito diverso. Contudo isso é um conceito básico, falando até  
449 mesmo de indicadores, pois se alguém está definindo números dentro de um conceito e outro  
450 alguém definindo números dentro de outro conceito, a conta não fecha nunca. A gerente geral  
451 **Patrícia Cordeiro** relatou que inicialmente o profissional ativo, para a área técnica, seria  
452 aquele que fez alguma movimentação no sistema. Porém, a partir do momento em que o  
453 sistema começou a bloquear os inadimplentes, como ele movimentará o sistema. O  
454 conselheiro **José Carlos Neves Loureiro** reafirmou que os conceitos devem estar definidos  
455 de forma muito clara. Destacou também a importância já dita anteriormente pelo presidente  
456 da relação do CAU com os profissionais e com os estudantes principalmente, pois nós como  
457 Conselho não podemos ficar cegos às dificuldades do sistema SICCAU, pois ele fica  
458 desmoralizado. Por exemplo, “se eu entro no sistema, eu faço uma alteração, aparece a  
459 mensagem que foi feita com sucesso e não mudou nada, o que me garante que tudo que eu  
460 faço ali não tem a mesma resposta?”. O conselheiro **Eduardo Pasquinelli Rocio** informou  
461 que já havia reclamado disso. Acreditou que o CAU/ES geralmente identifica algumas  
462 situações que são críticas e antevê algumas soluções. Dessa forma, acredita que essa gestão  
463 ou a próxima deveria listar os pontos identificados nas Comissões e encaminhar um  
464 documento ao CAU/BR. O presidente **Tito Carvalho** entendeu ainda que nesses documentos  
465 devem ser incluídas as sugestões, tanto para serem tratadas localmente quanto para terem  
466 um encaminhamento a nível nacional. **ITEM VIII – Encerramento** – O presidente **Tito**  
467 **Augusto Abreu de Carvalho** agradece toda equipe pela colaboração e apoio, agradece aos  
468 presentes e nada mais havendo a tratar, declarou encerrada a vigésima terceira Sessão  
469 Plenária do CAU/ES. Para constar, eu, **Márcia Martins Angeli**, secretária, lavrei a presente  
470 Ata, que será assinada por todos os conselheiros titulares e suplentes no exercício da  
471 titularidade, para que reproduza os efeitos legais.

Vitória, 25 de novembro de 2014.

Arq. e Urb. **Tito Augusto Abreu de Carvalho**  
Presidente do CAU/ES

**Márcia Martins Angeli**  
Secretária dos Trabalhos

Arq. e Urb. **Ana Paula Rabello Lyra**  
Conselheira Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Aparecida Maria da Silva Borges**  
Conselheira suplente no exercício da  
titularidade do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eduardo Simões Barbosa**  
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eduardo Pasquinelli Rocio**  
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Eliomar Venâncio de Souza Filho**  
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **Leandro Camatta de Assis**  
Conselheiro Titular do CAU/ES

Arq. e Urb. **José Carlos Neves Loureiro**  
Vice-presidente do CAU/ES